



Handwritten signature or initials in the top right corner.

1.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Finanças, Património e Recursos Humanos

5.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Descentralização e Obras Municipais

**PARECER SOBRE A PROPOSTA n.º 780/2015**

**Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia Benfica e respetiva Minuta de Contrato**

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 780/2015 e da sua remessa pela Sr.ª Presidente da Assembleia às Comissões competentes em razão da matéria, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais deliberaram emitir Parecer Conjunto, nos termos seguintes:

**I – CONSIDERANDOS**

1. O Município de Lisboa dispõe de Atribuições nos domínios dos equipamentos urbanos, de tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2. Para o desenvolvimento das atribuições em causa é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo, a criação e construção de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei sob a administração municipal, conforme estipulado na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3. A Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito das suas competências, procedeu à construção de uma pista de BMX no Bairro da Boavista, freguesia de Benfica;
4. Os trabalhos relativos à construção do equipamento desportivo em causa foram concluídos em data posterior à efetivação das transferências das competências e equipamentos para as freguesias no âmbito da Reorganização Administrativa de Lisboa prevista na Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro e na Deliberação n.º 6/AML/2014, publicada na Edição Especial n.º 1 do Boletim Municipal de 22 de Janeiro de 2014;
5. A Pista de BMX foi construída em respeito pelas normas da União Velocipédica Portuguesa-Federação Portuguesa de Ciclismo (UVP-FPC), pelo que permite a realização de provas nacionais e internacionais desta modalidade desportiva;
6. Trata-se do primeiro equipamento com as valências de BMX construído na cidade de Lisboa, tendo o mesmo a capacidade de atrair muitos jovens para a prática desta modalidade desportiva, bem como de contribuir para o desenvolvimento da sua formação e da atividade competitiva;
7. Existe a necessidade de dinamização deste equipamento e desta modalidade desportiva nas vertentes acima mencionadas de captação, formação e competição, impondo-se concretizar os pormenores executivos do modelo de gestão do equipamento desportivo que permita retirar um melhor aproveitamento do mesmo;
8. É do interesse da Câmara Municipal de Lisboa que se desenvolva uma gestão dinâmica deste equipamento e que seja garantida a sua fiscalização, segurança e conservação;
9. A Junta de Freguesia de Benfica pretende que o referido equipamento fique sob sua gestão uma vez que se trata de um equipamento importante para a freguesia e que a mesma pretende proceder à sua dinamização junto da população local e respetivos fregueses, mantendo, no entanto, o equipamento aberto a todos os lisboetas;
10. A Câmara Municipal de Lisboa reconhece, e aceita como válidos, os argumentos explanados pela Junta de Freguesia de Benfica;
11. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinado que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;

IL  
12  
7

12. Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;

13. A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;

14. A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m), do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

15. Compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea I, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;

16. No sentido de promover esse objectivo, dever-se-á, também, fornecer toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do respectivo processo de delegação de competências;

17. No âmbito das competências atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem a Freguesia de Benfica e o Município contratualizar a delegação de competências para proceder gestão da Pista de BMX sita no Bairro da Boavista, freguesia de Benfica;

## II – ANÁLISE da PROPOSTA

1. O Contrato inter-administrativo prevê, em conformidade com o disposto nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 115.º, ex vi do artigo 122.º, ambos do Regime Jurídico da Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias, os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, como expresso na Cláusula 5.ª da Minuta de Contrato.
2. A Proposta inclui a Minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Benfica e prevê a afetação dos

recursos financeiros necessários à execução do contrato, num valor total de 5.000.00 € por cada ano de vigência do contrato.

IL  
S  
7.


3. Da celebração do contrato em análise, decorrem as seguintes obrigações:

- i) A Junta de Freguesia promoverá a gestão e dinamização da Pista de BMX;
- ii) A Junta de Freguesia promoverá as ações necessárias à manutenção/conservação ordinária, bem como à sua segurança e limpeza;
- iii) A Junta de Freguesia responsabilizar-se-á pela contratação do abastecimento de eletricidade e água para a Pista de BMX, bem como pela contratação de seguro de responsabilidade civil para os acidentes ocorridos na Pista de BMX;
- iv) A Junta de Freguesia apresentará um relatório mensal dos trabalhos desenvolvidos no âmbito desse Contrato inter-administrativo;

4. Note-se que a Proposta está devidamente instruída com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 122.º, ambos do Regime Jurídico da Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12NOV, como definido na Recomendação n.º 1/54, aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal em 27JAN15

### III – CONCLUSÕES

- 1. Reputa-se de particular importância a celebração dos presentes negócios jurídicos, assim como o facto de terem merecido a aprovação unânime das diferentes forças políticas representadas em sede de reunião de Câmara.
- 2. Convirá definir com melhor precisão qual a duração efectiva da vigência da Delegação de Competências de Gestão, qual o ano do seu início e se no/s ano/s sucessivo/s, autorização de despesa pela assembleia Municipal se processará por repartição de encargos, ou por qual outro método.

- 
3. Deverá ser obtida toda a documentação pertinente para demonstração da respectiva disponibilidade orçamental e adequada cativação dos montantes a transferir .
  4. A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de Parecer.

#### IV – RECOMENDAÇÕES

1. Recomenda-se que a Câmara Municipal execute os processos técnicos verificados necessários para minimização dos incómodos de que se tem queixado alguma população da Freguesia de Benfica, ou delegue a respectiva competência nessa freguesia, acompanhada das verbas adequadas à sua execução.
2. Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa a remessa à Assembleia Municipal dos Relatórios Mensais especificado em *ii)* do n.º 3 do Capítulo II do presente Relatório.
3. Recomenda-se ainda o incremento do número e âmbito destes Contratos inter-administrativos para a execução de obras e de outras operações de interesse para as populações locais, cuidando na sua distribuição equitativa pelas Freguesias de Lisboa.
4. Recomenda-se que os documentos da Proposta como distribuídos aos Grupos Municipais sejam sempre os necessários e suficientes para a melhor apreciação dessa Proposta.

#### V – ANEXOS

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente Parecer de quaisquer outros elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado/a ou Grupo Municipal.

Os Grupos Municipais e Deputados/as Independentes representados/as nas Comissões reservam para o Plenário, a expressão do seu sentido de voto.

Este Parecer foi APROVADO por unanimidade dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões.

Assembleia Municipal de Lisboa, 22 de fevereiro de 2016

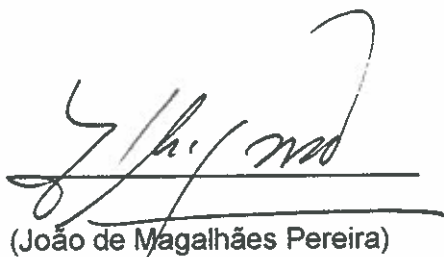
A Presidente da 1.ª Comissão



---

(Irene Lopes)

O Deputado-Relator



(João de Magalhães Pereira)

O Presidente da 5.ª Comissão

---

(Miguel Mora Coelho)

A Deputada-Relatora

---

(Sofia Oliveira Dias)